

10/7/2022

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) apura um possível superfaturamento nas obras do Túnel de Taguatinga, Iniciada em julho de 2020, é uma das grandes promessas da atual gestão do Governo do Distrito Federal. O empreendimento é tocado pela Secretaria de

Obras do DF e pelo Consórcio Novo Túnel, formado pelas empresas Trier Engenharia, Eterc Engenharia e Geosonda. O TCDF mantém sob sigilo as informações até que o plenário do tribunal analise. O indício de sobrepreço soma-se a outros problemas causados pela obra, cujo prazo inicial de entrega era 30 de junho de 2021 – limite ampliado, em julho do ano passado, para 31 de outubro de 2022. A demora na finalização acarreta mais custos ao empreendimento, que já recebeu R$ 38 milhões a mais do que o planejado, em 10 termos financeiros aditivos. A princípio, o total da obra seria R$ 200 milhões, preço apresentado pelo consórcio vencedor da licitação. No entanto, a Secretaria de Obras afirma, agora, que o custo inteiro será de R$ 275 milhões. De acordo com o jornal Correio Braziliense, a Secretaria de Obras explicou que "o orçamento original da obra data de 2013". "Estamos em 2022, ou seja, esse orçamento passou pelos reajustes anuais previstos em contrato", alegou, em nota. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Regional alega ter investido R$ 517 milhões, frutos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), repassados conforme a execução da obra, por meio do Programa Avançar Cidades. A Secretaria de Obras informou que o órgão é financiador do Corredor Eixo Oeste, do qual o Túnel de Taguatinga faz parte, "assim como a revitalização da Avenida Hélio Prates (R$ 68 milhões), o viaduto do Sudoeste (R$ 24,6 milhões), os viadutos do Setor Policial (R$ 9,1 milhões), a requalificação completa da via Epig (R$ 132 milhões) e a implantação do corredor de ônibus no Setor Policial (R$ 50 milhões). Quanto ao possível superfaturamento, a Secretaria ressaltou que o relatório preliminar do TCDF apontou "algumas questões técnicas que serão prontamente respondidas pela equipe". A pasta destacou que "não há comprovação de superfaturamento, mas apenas questionamentos técnicos apontados pelo órgão de controle".

Texto: Francisco Welson Ximenes
Foto: Internet